

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UFSJ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE TIMÓTEO**

LÚCIA DE CÁSSIA FERREIRA

**Timóteo
2018**

Resumo

A fotografia desempenha um papel relevante na sociedade por fatores sociais, culturais e históricos, mas neste trabalho será abordada a importância do registro fotográfico digital como documento a partir do seu arquivamento, com foco na produção institucional da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Governo e Comunicação da Prefeitura de Timóteo. Este artigo discorrerá sobre a realidade atual da organização do acervo fotográfico, das medidas que podem ser adotadas para melhorar o arquivamento, bem como do reconhecimento das fotos produzidas e/ou adquiridas como bem público e, portanto, com a necessidade de torná-las acessíveis à comunidade. A investigação utilizou a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários como forma de evidenciar as condições atuais de organização e as possíveis melhorias. Conclui-se neste artigo a necessidade de se estabelecer métodos básicos para o arquivamento das fotos digitais para que seu conteúdo não se perca no tempo e a criação de canais de acesso ao acervo fotográfico para os cidadãos.

Palavras-chave: arquivos fotográficos, fotos digitais, prefeitura de Timóteo, assessoria de comunicação.

1. Introdução

A fotografia desempenha um papel relevante na sociedade por fatores que vão desde o registro de determinado momento, no tempo e no espaço, até a produção para o mercado publicitário que produz um material fotográfico bem elaborado, passando pelas inúmeras interpretações de mundo através da arte fotográfica. As fotografias possuem, portanto, uma importância histórica, social e cultural.

De acordo com Manini (2018, p.03) “Dos usos possíveis que se tem feito da fotografia podemos mencionar o comercial, o de exposição ou publicação, o probatório, o didático/científico e o pessoal/familiar”.

No caso de fotografias produzidas dentro da Gestão Pública, os registros fotográficos têm a importância primordial de servirem como instrumento de informação ou complementação/comprovação das informações sobre as ações da gestão. Assim sendo, devem ser reconhecidas como bens públicos e, portanto, acessíveis a toda comunidade. É necessária essa identificação como bem público, pois a produção própria ou aquisição das fotos digitais é realizada com recursos públicos. Para que sejam acessíveis à comunidade, elas devem ser devidamente organizadas, armazenadas e disponibilizadas ao público.

De forma preliminar, por conhecimento do setor, a autora constatou que as fotos produzidas pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Governo e Comunicação da Prefeitura de Timóteo não são arquivadas de maneira adequada, o que dificulta sua localização, manuseio e ocasiona perdas diversas. Por vezes, encontra-se uma foto que não está identificada com assunto, nem datada e sem autoria. Além disso, a comunidade não tem o acesso facilitado ao acervo da Secretaria por conta da desorganização e pela ausência de reconhecimento das fotos digitais como bem público.

Considero que este trabalho tem por base o pensamento expresso por Manini (2018) em seu texto intitulado “A fotografia como registro e como documento de arquivo”, em que ela descreve a importância da fotografia como documento de interesse coletivo a partir do arquivamento adequado. A organização dos registros fotográficos digitais da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Governo e Comunicação, se vier a ser implantada, contribuirá para a melhoria dos serviços de divulgação das informações do setor, bem como permitirá a criação de canais de acesso ao acervo fotográfico para os cidadãos, na condição de bem público, é o objetivo proposto.

Essa investigação se dará a partir da avaliação das condições atuais de arquivamento dos registros fotográficos digitais produzidos/adquiridos pela Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Governo e Comunicação da Prefeitura de Timóteo. Após essa avaliação, caso confirmada a inexistência de organização através de questionários e observação, será proposta a implantação de metodologias básicas para a identificação das fotografias – data, local, assunto e autoria –, armazenamento e formatação de um banco de dados, que viabilizaria a criação de uma galeria de fotos digitais e/ou de um Portal de Fotos no sitio da Prefeitura de Timóteo, favorecendo a acessibilidade para todos os cidadãos.

Há de se ressaltar que a organização do acervo fotográfico digital ampliará a eficiência no uso das fotos nos trabalhos da Assessoria de Comunicação Social e evidenciará a “memória” dos fatos relacionados à gestão pública municipal do Executivo, que, na prática, estão relacionados diretamente à história da comunidade local.

2. A Atual Organização do Acervo Fotográfico na Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo

2.1. Estrutura da Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo é um órgão vinculado à Secretaria de Governo e Comunicação destinada a assessorar todas as demais secretarias municipais e o gabinete do Prefeito no tocante à publicidade de seus atos e ações, bem como à construção da identidade e imagem da instituição e divulgação política do governo, cabendo-lhe o papel de assessorar da melhor forma o Executivo a se comunicar com a população e a imprensa e com seu público interno (funcionários). É um órgão de atividade-meio, ou seja, sua atuação não é inerente ao objetivo principal da instituição que é a prestação de serviços públicos administrativos e operacionais nas áreas de educação, saúde, obras etc.

Apesar de não ser um órgão de atividade fim, a Assessoria de Comunicação tem um papel essencial nos processos de circulação das informações em âmbito interno e externo e na promoção do diálogo entre a instituição, seus funcionários e seus clientes (comunidade). Atualmente, a Assessoria de Comunicação é composta dos seguintes setores de gestão: direção de jornalismo; coordenação I, coordenação II, coordenação III, coordenação registros, totalizando cinco funcionários comissionados; além de contar com três funcionárias

concuradas que atuam na área de jornalismo/Relações Públicas/Publicidade (2) e na área administrativa.

2.2. Função da Fotografia na Assessoria

No trabalho de divulgação das ações e de consolidação positiva da imagem de governo, a fotografia tem sido um dos instrumentos usados de forma complementar aos textos (jornalísticos e publicitários), sem que se possa sobrepor a importância de um sobre outro. Em alguns casos, as fotografias podem ter primazia sobre os textos a exemplo da realização de exposições com objetivo histórico (fotos que remontam a história da cidade, seu surgimento e desenvolvimento) ou cultural (fotos de pontos turísticos, patrimônios culturais materiais e imateriais).

As fotografias são usadas como prova da execução das obras, serviços e convênios; em campanhas publicitárias de caráter preventivo e educativo (vacinação, segurança no trânsito, preservação do meio ambiente); para produção de matérias jornalísticas de interesse da comunidade; para divulgação de eventos culturais, esportivos e sociais; para promoção da imagem da instituição e do governo (através site e redes sociais oficiais e na produção de revista e jornais de prestação de contas do mandato); no atendimento de demandas técnicas das demais secretarias (perícia, levantamento, acompanhamento de obras); e nas solicitações esporádicas de entidades e instituições parceiras e da própria comunidade; além de serem parte do registro da memória da cidade.

2.3. A Busca do Registro Fotográfico como Documento

Até meados de 2000, a Assessoria de Comunicação trabalhava com a fotografia analógica, porém com o advento da fotografia digital, o processo antigo de produção através de filmes deixou de ser usado. As fotos analógicas tinham um custo muito maior, sua produção dependia da revelação que exigia o envio do filme para laboratórios fotográficos, podendo demorar até um dia ou mais para serem entregues. Algumas vezes, por manuseio inadequado, os filmes “queimavam” (estragavam) e as fotos eram perdidas, prejudicando o trabalho da Assessoria. Sem falar no custo com transporte para se entregar as fotos nas redações dos jornais e empresas publicitárias.

As facilidades da produção das fotos digitais sobrepujaram as impressas. E a Prefeitura de Timóteo deixou de produzir e/ou adquirir este tipo de imagem mais onerosa aos cofres municipais. A desorganização existente no armazenamento e métodos de arquivamento das fotos impressas, fez com que boa parte do acervo existente fosse perdida em função da deterioração do material por umidade e fungos. O desinteresse em organizar um arquivo de fotos e o fato de não terem identificação de datas, locais, assuntos e muito menos autoria das fotos implicou na desvalorização das imagens e resultou em seu “descarte”. Além disso, alguns gestores se consideravam “donos” das fotos por serem relativas a seu governo e, simplesmente, as levaram consigo nas mudanças de gestão.

Por falta de espaço, na Assessoria de Comunicação as fotos eram empacotadas e encaminhadas para o chamado arquivo morto – guardadas/descartadas sem nenhuma preocupação com o controle do acervo, ficando relegadas ao esquecimento e a deterioração por falta de armazenamento adequado. As poucas fotos impressas, que restaram na Assessoria de Comunicação após o advento das digitais, foram repassadas para a Biblioteca Pública Raquel Pacífico Drumond para que a equipe resgatasse àquelas que conseguisse identificar e guardasse as demais. Das impressas, resistem poucas fotos na biblioteca em condições inadequadas de conservação.

Para que as atuais fotos digitais ainda disponíveis - pois inúmeras já se perderam por terem sido deletadas por “falta de espaço”/memória nos computadores ou retiradas dos equipamentos pela vontade pessoal dos gestores - não padeçam do mesmo destino das impressas faz-se necessária passar a tratá-las na condição de documento. Essa condição de documento da fotografia é abrangida de forma aprofundada nas obras de Lacerda e Manini.

“Qualquer imagem pode ser considerada um documento, uma vez que o conceito amplo de documento diz respeito a qualquer informação registrada num suporte”. Lacerda (2012, p.285).

De acordo com Manini (2018, p. 05)

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático respeitando a organicidade do fundo a que pertence.

Em seu artigo “A fotografia como registro e como documento de arquivo”, Manini (2018) afirma que a fotografia surgiu no primeiro quarto do século XIX, começando a fazer parte de acervos aproximadamente na virada para o século XX, e, durante este período, houve sua consolidação como forma de registro e de sua importância como documento: uma imagem fotográfica traz uma informação de conteúdo e também vários dados sobre a forma de produção da imagem.

Ambas autoras se dedicam a abordar a fotografia do ponto de vista arquivístico, sinalizando que os registros visuais têm características distintas dos registros escritos, portanto devem ser arquivados de formas específicas. Entretanto a autora Lacerda (2012) contextualiza que existe uma carência tanto em termos de teoria quanto em metodologia arquivísticas referentes às fotografias como documentos de arquivos. Em função disso, atualmente, o tratamento do registro fotográfico tem por base regras e métodos construídos por outras disciplinas, notadamente a biblioteconomia e a história.

Devido ao fato de ser uma tecnologia recente e às especificidades das fotografias digitais, que não são contempladas integralmente pelas normas arquivísticas, a preservação destes documentos tem sido um grande desafio. No trabalho, “Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais”, Santos e Flores (2017, p.35) concluem que “os métodos de preservação ainda não foram plenamente comprovados em virtude da pouca experiência na preservação de documentos digitais”. Na avaliação dos autores, a consolidação da metodologia se dará ao longo do tempo criando-se práticas recomendadas para a preservação digital.

Portanto, constata-se que as fotos, impressas ou digitais, são documentos com características diferenciadas, mas que ainda não tiveram estabelecidos claramente uma metodologia para seu arquivamento. No caso das fotografias produzidas pela Gestão Pública através das assessorias de comunicação, deve-se considerar sua importância histórica enquanto “memória” do desenvolvimento da cidade, uma vez que boa parte dos registros decorre de ações do Poder Executivo, referentes a obras e ampliação de serviços que têm repercussão na sociedade. Conseqüentemente, os registros fotográficos das ações da Prefeitura, por acompanharem a evolução dos serviços públicos, são documentos comprobatórios.

Como já citado na introdução, os registros fotográficos da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo servem como instrumento de informação por si só (as fotos têm um conteúdo informacional) ou de complementação/comprovação de informações

quando servem para ilustrar ou comprovar um texto jornalístico ou publicitário. Essa função de informar/documentar fatos e ações do Poder Executivo municipal atende ao princípio da publicidade contido na Constituição Federal de 1988.

De acordo com Soares (2017, p.01):

A razão de ser do Estado é externa, ou seja, tudo que acontece nele deve ser repassado, carecendo sua finalidade atingir um interesse público. Logo, o princípio da publicidade se estabelece nessa ideia de transmitir informações aos beneficiários de sua atividade. O estudo do princípio da publicidade vai além da simples divulgação das informações referentes ao serviço público, esta deve ser disponibilizada de forma clara, inteligível e acessível a todos, visto que é através das informações que o controle social pode ser exercido

2.4. Os Conceitos de Autoria de Fotos

No Brasil, a fotografia foi definida como obra intelectual a partir da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que consolidou a legislação sobre direitos autorais:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia. (BRASIL,1998)

Atualmente, o sentido de autoria tem ganhado novas perspectivas, que levam em consideração os atores participantes do processo de produção. Abordar-se-á aqui o caso da produção fotográfica da Assessoria de Comunicação, mostrando as mudanças ocasionadas na transição das fotos impressas para as digitais. Apontar-se-á dois aspectos: quem produz e o processo de elaboração da fotografia. Na era analógica, a Assessoria de Comunicação contava com um fotógrafo profissional, conhecedor das técnicas de fotografia. As fotos tinham autor, com nome e sobrenome.

Com o advento da foto digital, todos os profissionais da Assessoria de Comunicação (gestores, servidores e estagiários) passaram a produzir fotos, com exceção da servidora da área administrativa. Tem-se um gestor responsável pelas fotografias e outras atribuições, porém, como a demanda é alta, os demais profissionais de forma “solidária” se

prestam a fazer as fotos, mesmo que não tenham conhecimentos técnicos – são meros apertadores de botão. Além disso, a Assessoria de Comunicação passou a receber fotos de terceiros via *e.mail* ou *whatsapp*, em sua maioria sem identificação dos autores.

A ampliação da autoria das fotos (muitas pessoas produzindo), fez com que os autores se tornassem desconhecidos. Na maioria dos casos, as fotos digitais são manuseadas sem que se identifique sua “paternidade/maternidade”. No final, apenas quem tirou a foto tem a certeza de sua autoria.

No tocante ao processo relativo à produção das fotos, alguns pesquisadores já apontaram a necessidade de se ampliar o conceito de autoria do documento. Lacerda (2012) amplia essa noção avaliando o contexto institucional, no qual vários atores estão envolvidos no processo de produção que vai além do olhar de um “sujeito empírico criador – o fotógrafo”, apesar da importância da sua sensibilidade e técnica como operador.

Conforme mostra a autora:

Mas também estamos nos referindo à produção de imagens que contribuem para a composição de determinados espaços de comunicação, e essa condição insere o sujeito criador da imagem numa atividade institucional, sendo submetido a outro repertório de normas que dará ao documento – a foto – o caráter de resultado de um projeto institucional de significação.(LACERDA, 2012, p.297).

Por sua vez, na visão de Schwartz (1995) em citação de Lacerda, o fotógrafo não é a única pessoa que influencia na produção do documento, sua atuação está inserida num contexto funcional específico.

No caso da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo salienta-se que, além dos interesses específicos para a criação da foto, quer seja para complementar/ ilustrar de um texto ou um material publicitário ou mesmo realizar uma exposição, o conteúdo institucional produzido atenderá também aos interesses político-partidários do governo. Um exemplo prático seria a inauguração de uma obra. O fotógrafo deverá ter como referência o objeto (obra) em questão, mas também o responsável (governo). A melhor foto será aquela em que o prefeito aparecerá em destaque na inauguração.

Na teoria diplomática de arquivamento, para que um documento exista são necessários três atores, que seriam as partes integrantes da ação – autor e destinatário – e o escritor do documento. O autor é reconhecido como “pessoa(s) competente(s) para a criação do documento que é emitido sob sua ordem ou em seu nome” (DURANTI, 1996, p.69) citado

por Lacerda (2012). Já a figura do escritor é a “pessoa responsável pelo teor e articulação do escrito. Tem que possuir autoridade delegada para escrever o documento”, (DURANTI,1996, p.71).

Atribuindo essa teoria à fotografia, o fotógrafo atua no papel desse escritor, que contribui com a forma de escritura do documento visual. De acordo com Lacerda:

Ele pode ser ou não o autor dos documentos e, nos processos de produção documental institucional, pode não representar a autoridade que decide a produção de imagens para determinada função, já que muitas vezes é contratado para integrar uma linha de produção documental dentro da qual a criação da imagem fotográfica é apenas um dos elos. (LACERDA, 2012, p. 298)

Desta forma, o fotógrafo pode ter autonomia e influenciar de forma decisiva a produção fotográfica ou apenas ser o executor/operador das necessidades da instituição, estipuladas pelos gestores e profissionais a quem prestará serviço.

3. Direito ao Acesso e a Transformação do Documento em Conhecimento

3.1. A Acessibilidade das Fotos Digitais como Bem Público

O Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, em seu artigo 99, elenca três categorias de bens públicos: os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.(BRASIL,2002)

De acordo com Scalon (2018, p.01):

Os de uso especial são aqueles destinados ao “cumprimento das funções públicas”. Têm utilização restrita, não podem ser utilizados livremente pela população, sejam eles bens móveis ou imóveis, tais como repartições públicas, veículos oficiais, museus, cemitérios, entre outros.

Esta visão permite deduzir que as fotos digitais, alvo deste estudo, podem ser consideradas um bem público de uso especial no cumprimento da função de dar publicidade aos atos e ações do Poder Executivo.

Nesta percepção, as fotografias digitais como bem público e documento, produzidas ou adquiridas com recursos públicos, devem ser acessíveis a toda comunidade. Entretanto a viabilização do acesso só é possível a partir da organização do acervo fotográfico.

De acordo com Leite (2008):

A ampla publicidade é essencial ao Estado Democrático de direito. Ressalta-se que a palavra Democracia vem da palavra grega "*demos*" que significa povo. Logo, nas democracias o povo detém o poder soberano, sendo percebível um conjunto de princípios e práticas para proteger a liberdade humana e os direitos básicos dos cidadãos para além do fornecimento de mecanismos de proteção destes direitos, dentre estes está o princípio da publicidade. (apud SOARES, 2018, p. 02)

Ao ser implantada, a organização dos registros fotográficos digitais da Assessoria de Comunicação contribuirá para a melhoria da eficiência dos serviços de divulgação das informações do setor, bem como permitirá a criação de canais de acesso ao acervo fotográfico para os cidadãos, na condição de bem público. A maior acessibilidade, por sua vez, permitirá ao cidadão maior domínio sobre o conteúdo informacional presente nas fotos e a ampliação de seu uso, quer seja como referencial para estudo, pesquisa, controle social das atividades, quer seja para uso pessoal/familiar.

A possibilidade de favorecer o maior controle social das ações de governo espelhadas no acervo fotográfico digital, com o passar do tempo, poderá resultar na restrição ou limitação da visão dos governos de que as fotos são mero instrumento de autopromoção de suas gestões. Conforme relatado anteriormente, sobre o “descarte” das fotos impressas da Assessoria de Comunicação e o atual desinteresse na organização do acervo fotográfico – a ser comprovado por esta pesquisa - em geral, os gestores da Assessoria de Comunicação não

têm o compromisso com a guarda das fotos, tratando-as como produto descartável ou pessoal, cuidando de sua “existência” apenas no período de seus mandatos, e retirando do acervo aquelas que eventualmente poderão ser usadas politicamente fora do governo.

A organização das fotos digitais produzidas pela Assessoria de Comunicação reduzirá sensivelmente a sua utilização apenas para fins político-partidários. É relevante citarmos, a consideração da autora Soares sobre qual a postura do Estado no desenvolvimento de suas atribuições.

Conforme Sunfeld (1992):

Desta forma, diz-se que o Estado não maneja interesses próprios, devendo este ter um dever absoluto de transparência, sendo o povo titular do poder, devendo conhecer tudo que concerne ao Estado. Portanto, conforme já dito no presente estudo, Estado tem o dever de publicidade, seja para dar transparência à atividade estatal, seja para garantir os direitos individuais. (apud SOARES, 2018, p.02).

3.2. Os Diferentes Usos das Fotografias

A partir de invenção da fotografia atribuída a Louís-Jacques Mandé Daguerre, com o Daguerreótipo – embora outros pioneiros tenham conseguido produzir imagens a partir da luz como o francês Joseph Nicéphore Niépce, em 1825- a fotografia se incorporou ao longo do tempo à vida diária da sociedade, passando a ter papel relevante por vários fatores, desde o registro de determinado momento, no tempo e no espaço, até a produção para o mercado publicitário que produz um material fotográfico bem elaborado, passando pelas inúmeras interpretações de mundo através da arte fotográfica. Atualmente, é inegável a importância histórica, social e cultural e mesmo institucional.

As fotografias digitais, por sua vez, ampliaram a dimensão desse papel. Hoje em dia, são poucas as pessoas que não portam um celular e que não façam registros fotográficos diários, quer seja para entretenimento nas mídias sociais (*selfies*), quer seja profissionalmente (fotos de documentos, relatórios).

Na avaliação dos possíveis usos da imagem fotográfica, Manini (2018) aponta para o uso comercial, em publicidade nos meios de comunicação ou marketing, na qual a imagem não necessariamente precisa ser verossímil em termos de conteúdo, mas em termos da ideia que veicula, tendo caráter temporário e sendo comum as fotomontagens, além da priorização de critérios estéticos ou ilustrativos em sua escolha. Para a realização de

exposição ou publicação, também de caráter temporário e baseada sua escolha em critério estético ou artístico, a exceção de uma exposição histórica ou científica, que priorizariam critérios de verossimilhança, representação e ilustração.

Manini (2018) cita também o uso probatório quando a fotografia serve de prova ou evidência de um fato ou acontecimento, levando em consideração a verossimilhança e a representatividade em primeiro lugar. O didático/científico que trata do uso das imagens fotográficas em aulas, palestras, seminários etc., relacionando-as como objeto de estudo e pesquisa em várias áreas de conhecimento, tendo critérios como o de verossimilhança, de representação e de ilustração. A autora cita ainda a categoria pessoal/familiar usadas para compor o acervo pessoal/partícula ou seu álbum de família, que levam em consideração os critérios de verossimilhança e o representacional.

3.3. Um Novo Tópico: a Foto Institucional

Embora contempladas nestes arranjos relacionados por Manini (2018), pode-se ousar na criação da categoria institucional, na qual as fotos são produzidas sob os auspícios de determinada instituição para fins de preservação de sua história, divulgação de suas atividades ou autopromoção. Neste caso, a produção fotográfica da Assessoria de Comunicação se enquadraria na nova vertente. Com a criação da nova categoria, contraria-se, em parte a percepção de Manini.

Conforme a autora:

Cada um destes tipos de fotografia pode ser considerado um documento, dependendo da circunstância, mas certamente será um documento pessoal, particular, de interesse restrito ao fotografado ou aos seus familiares. (MANINI, 2018, p.05).

O interesse, no caso das fotos produzidas pela Prefeitura de Timóteo, passaria a ter uma conotação de bem público, embora efetivamente só passaria a ter o interesse público coletivo e ter importância histórica e/ou cultural quando inserido num arquivo, conforme já mencionamos anteriormente na visão de Manini (2018).

3.4. O Documento como Fator de Geração de Informação e Conhecimento

Rummler e Brache (1994, p. 55) conceituam processo como ‘uma série de etapas criadas para produzir um bem ou serviço’, citados por Mendonça (2012). Este conceito pode ser empregado na visão de arquivamento.

Os autores Schäfer e Sanches (2014) e Rosa (2008) trazem uma percepção comum sobre o documento enquanto matéria-prima para a geração de informação e, posteriormente, conhecimento. Pode-se inclusive emanar da análise relatada por eles, a percepção ligada aos processos administrativos, que definem como elementos de processos organizacionais a entrada (matéria-prima = documento), transformação (dos insumos = informação) e saída (bem ou serviço = conhecimento).

Facilmente, pode-se fazer este comparativo uma vez que a organização dos documentos em arquivos (dados) é a base para a formação da informação, e, a partir da sua análise, constrói-se o conhecimento que estaria ligado a alguma ação. Ao tratar a passagem da era da informação para a sociedade do conhecimento, Rosa (2008) confirma a tese proposta acima ao citar que “no contexto da gestão do conhecimento está inserida a gestão da informação que, por sua vez, nos remete à gestão dos documentos”.

A autora confirma a nova dimensão da importância dos documentos, que cresce cada vez mais, afirmando que a matéria-prima do conhecimento é a informação e que estas estão registradas em documentos de Arquivo. Ela argumenta ainda que:

(...) a informação, seja ela escrita, falada ou informatizada, é a mola propulsora para o desenvolvimento de uma organização. Já o conhecimento é fator de capital competitivo. Rosa (2008).

Hoje, os arquivos transformaram-se em centros ativos de informações a serviço das organizações e não como meros depósitos de documentos. Eles (os arquivos) passaram a ser uma fonte primordial a respeito das instituições, que têm buscado organizá-los para gerar informações, suficientes para análises que permitam novos conhecimentos.

De acordo com as normas arquivísticas, os arquivos correntes, ou seja, os documentos produzidos pelas organizações, que são de uso rotineiro, precisam estar acessíveis.

De acordo com o autor:

A gestão do conhecimento objetiva democratizar o acesso aos conhecimentos obtidos por indivíduos, seja qual for o meio escolhido pelo gestor, organizando, classificando e criando dispositivos para a sua disseminação conforme o interesse e propósito de um grupo (MELO, 2003) por Rosa (2008).

Os autores concluem que há necessidade das organizações fazerem a gestão documental que permitirá a acessibilidade aos cidadãos. Conforme os autores:

A gestão nos acervos arquivísticos das organizações, sejam elas públicas ou privadas, torna-se relevante pela necessidade de rapidez na recuperação das informações que servem ao desempenho das tarefas administrativas, resguardam direitos, além de preservar a memória da instituição. Além disso, a tomada de decisão que direciona os objetivos de uma organização, tem como elemento de apoio a informação, esta, encontrada nos documentos. (SCHAFER, e SANCHES,2014, p. 207)

Embora a ótica arquivística não seja difundida junto à população e mesmo acadêmicos e pesquisadores, tornou-se corriqueiro artigos sobre gestão de informações e gestão de conhecimentos, sendo que as organizações mais bem estruturadas têm desenvolvido os dois conceitos, ficando a gestão de documentos a reboque da gestão da informação, na percepção da autora deste artigo.

4. Metodologia

O projeto é direcionado a um estudo de natureza qualitativa a partir do estudo de caso da organização das fotografias digitais da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo. Para isso, foi utilizado um questionário de entrevista e pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica envolveu o estudo de artigos acadêmicos com referências teóricas sobre os temas arquivismo, gestão de documentos, informação e conhecimento, imagem em acervos fotográficos e obsolescência tecnológica.

Inicialmente, a intenção era obter normas técnicas de arquivamento de fotos digitais que pudessem ser usadas no caso estudado para melhorar a organização e ampliar a eficiência nas atividades rotineiras da Assessoria de Comunicação. Na pesquisa bibliográfica, encontrou-se conteúdo robusto que permite várias linhas de aprofundamento teórico e/ou sua inter-relação. Apesar deste artigo pretender discutir como organizar o acervo fotográfico

digital e propor o acesso à informação, verifica-se que as conclusões a serem extraídas da fotografia enquanto documento, poderão balizar outros processos de gestão de documentos na Prefeitura de Timóteo.

O questionário aplicado objetivou conhecer a opinião dos servidores e gestores, que atuam ou atuaram na Assessoria de Comunicação, em relação à produção e manuseio de imagens dentro das atividades rotineiras do setor. A coleta de dados identificou a real situação do arquivamento de imagens, bem como apurou as opiniões dos entrevistados sobre possíveis formas de se melhorar a eficiência no uso das fotos digitais.

A definição do público da pesquisa foi baseada na técnica de amostragem por grupo, selecionando-se os indivíduos que integram ou integraram o quadro de profissionais da área de comunicação da Assessoria. O método escolhido é considerado da modalidade Não Probabilística (na qual não se pode generalizar os resultados obtidos na amostra para toda a população), subgrupo Intencional (no qual o entrevistador se dirige a um grupo específico para saber sua opinião). A pesquisa buscou a identificação dos responsáveis pela produção das fotografias, armazenamento e arquivamento (se houvesse), salientando os aspectos positivos e negativos existentes.

5. Análise de Dados

Para a identificação da real situação da organização de imagens na Assessoria de Comunicação de Timóteo, foram realizados questionários sobre o arquivamento e identificação das fotos digitais, além de abrir espaço para a emissão de opiniões sobre possíveis formas de se melhorar a organização das mesmas.

Foram aplicados sete questionários com profissionais que atuaram ou atuam na área de Comunicação entre junho/julho de 2018. Basicamente, as questões versaram sobre o perfil dos entrevistados; organização; e acessibilidade. No Apêndice A, pode-se encontrar a consolidação dos dados das questões de 6 a 14, que estão relacionadas ao arquivamento realizado pelo setor.

Em relação ao perfil dos entrevistados (questões de 1 a 5), quatro possuem formação superior, dois superior incompleta e um ensino médio completo. Três são estagiários das áreas de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Técnico de Marketing; três exerceram cargos comissionados como Coordenador de Relações Públicas e Assessor do Gabinete do Prefeito/Jornalismo; e uma é servidora efetiva no cargo de Analista de

Comunicação Social. Em relação ao tempo de trabalho, duas estagiárias contavam com até um ano de exercício da função na Assessoria de Comunicação e uma permaneceu por dois anos; em relação aos demais dois atuaram por dois anos e dois acima de quatro anos. Ressalta-se que a funcionária efetiva atua há cerca de 20 anos. A autora, funcionária efetiva com 26 anos de trabalho na Assessoria de Comunicação, não foi entrevistada.

A partir da consolidação dos dados dos questionários, observa-se que não existe uma organização para o arquivamento das fotos digitais produzidas pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo. Não existe um controle sobre a quantidade de fotos arquivadas (acervo), nem critérios para a identificação individual das fotos e sua organização em arquivos. Praticamente, todos os profissionais da área de comunicação fazem fotos, transferem para os computadores e manuseiam os arquivos, que são criados de forma aleatória de acordo com a opinião pessoal dos profissionais e/ou dos gestores sem que haja uma padronização de arquivamento. O único parâmetro estabelecido é a criação de uma pasta principal – apesar dela existir não há obrigatoriedade expressa para que as fotos sejam transferidas da câmera ou outro meio eletrônico para este arquivo.

Na análise dos dados sobre a organização, 57% dos entrevistados consideraram ruim ou inexistente a organização e apenas 14% boa. A única opinião positiva, entretanto é invalidada pelo próprio entrevistado ao ser apurado o restante das informações deste questionário, que confirma a ausência de critérios para o arquivamento e que as fotos digitais arquivadas não contém dados suficientes para uma boa identificação.

Observa-se que a funcionária efetiva entrevistada afirma que a organização das fotos digitais é inexistente e, na questão aberta, que é necessário fazer backups semanalmente para “evitar o desaparecimento das mesmas nas mudanças de gestão”. Esta visão vai ao encontro da percepção relatada na introdução deste artigo que, destacou a desorganização e a perda das fotos do acervo por não se ter meios para localizá-las ou por desvio dos gestores durante as mudanças de governo.

Todos os entrevistados disseram que o acervo não está contabilizado, o que já aponta para a precariedade do armazenamento das fotos. O arquivo das fotos - definidas neste artigo como documentos - não tem o zelo necessário no fundamento básico de se conhecer o conteúdo/quantidade do acervo conforme diagnosticado.

Nas entrevistas, há uma nova unanimidade apontando que todos os profissionais do setor fazem fotos e que não existe um profissional responsável exclusivamente pelo arquivamento. Esta ausência de profissional responsável pelo arquivamento pode justificar em

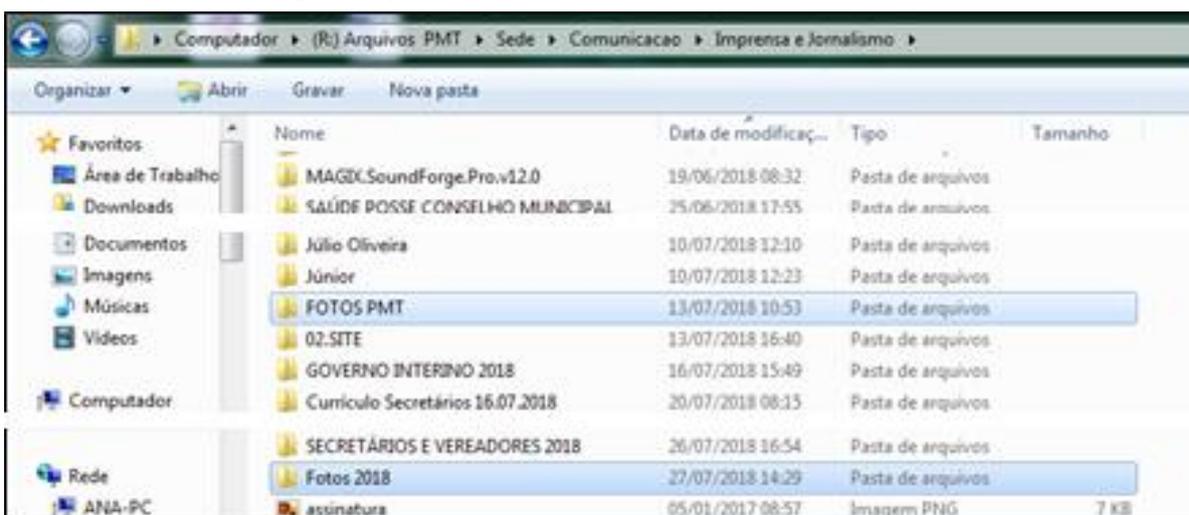
boa parte a falta de organização dos arquivos de fotos digitais, principalmente se a somarmos às questões relativas às formas de arquivamento.

Do total de entrevistados, 71,43% afirmaram que não existem critérios estabelecidos para o arquivamento. Ao se questionar como as fotos são dispostas nas pastas de arquivo dos computadores, solicitando relatar a sequência de pastas e subpastas utilizadas, não houve consenso. A ordenação das pastas e subpastas não foi idêntica em nenhuma das respostas, porém 42,85% relataram que existe uma Pasta Principal.

No tocante à identificação das fotos arquivadas, 85,71% afirmaram que elas não contém dados suficientes para uma boa identificação, além disso informações básicas como autoria, data do registro fotográfico, local e assunto nem sempre estão presentes no arquivamento, conforme relato dos entrevistados.

Abre-se um parêntese neste ponto, para a observação da autora sobre o setor de Comunicação no qual trabalha há 26 anos, que registra o fato de não haver padronização dos processos de arquivamento não sendo exigido o registro de autoria das fotos nos arquivos. Atualmente (até o mês de agosto de 2018), a Assessoria de Comunicação não conta com fotógrafo profissional, com as fotos sendo arquivadas em uma pasta principal denominada de “fotos 2018” sem critérios específicos para as subpastas. A seguir imagens sobre a forma de arquivamento em 2018 do setor:

Figura 1 - Pasta Principal: Imprensa e Jornalismo



Fonte: Arquivo Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo (2018)

Figura 2 - Pasta Principal: Fotos PMT / Subpasta 1

Nome	Data de modificaç...	Tipo	Tamanho
DSC_0482	11/07/2018 08:58	Imagem JPEG	9.968 KB
DSC_0483	11/07/2018 08:58	Imagem JPEG	9.456 KB
DSC_0484	11/07/2018 08:59	Imagem JPEG	9.761 KB
DSC_0485	11/07/2018 08:59	Imagem JPEG	9.811 KB
DSC_0486	11/07/2018 08:59	Imagem JPEG	10.077 KB
DSC_0487	11/07/2018 08:59	Imagem JPEG	9.591 KB
DSC_0488	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.701 KB
DSC_0489	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.757 KB
DSC_0490	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.718 KB
DSC_0491	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.773 KB
DSC_0492	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.790 KB
DSC_0493	11/07/2018 09:02	Imagem JPEG	10.367 KB
DSC_0494	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	10.062 KB
DSC_0495	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	10.089 KB
DSC_0496	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	9.704 KB
DSC_0497	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	9.713 KB
DSC_0498	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	10.462 KB
DSC_0499	11/07/2018 09:03	Imagem JPEG	10.464 KB
DSC_0500	11/07/2018 09:04	Imagem JPEG	9.835 KB
DSC_0501	11/07/2018 09:06	Imagem JPEG	10.540 KB
DSC_0502	11/07/2018 09:06	Imagem JPEG	10.490 KB
DSC_0503	11/07/2018 09:07	Imagem JPEG	10.296 KB

Fonte: Arquivo Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo (2018)

Figura 3 - Pasta Principal: Fotos 2018 / Subpasta 2

Nome	Data de modificaç...	Tipo	Tamanho
Douglas Wilks recebe vice prefeito de Ip...	18/07/2018 14:44	Documento do Mi...	12 KB
DSC_0128	18/07/2018 11:06	Imagem JPEG	9.518 KB
DSC_0129	18/07/2018 11:06	Imagem JPEG	9.128 KB
DSC_0130	18/07/2018 11:06	Imagem JPEG	10.904 KB
DSC_0131	18/07/2018 11:06	Imagem JPEG	10.659 KB
DSC_0132	18/07/2018 11:06	Imagem JPEG	9.599 KB
DSC_0133	18/07/2018 11:14	Imagem JPEG	10.046 KB
DSC_0134	18/07/2018 11:14	Imagem JPEG	8.615 KB
DSC_0135	18/07/2018 11:41	Imagem JPEG	9.716 KB
DSC_0136	18/07/2018 12:02	Imagem JPEG	9.863 KB

Fonte: Arquivo Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo (2018)

A dimensão sobre a política de governo em relação ao uso das fotos pela Assessoria de Comunicação pode ser observada na consolidação dos dados sobre a acessibilidade (Questões 16 e 17). Dos entrevistados, 85,71% confirmam que as fotos produzidas ou adquiridas pela Assessoria de Comunicação têm por objetivo dar publicidade aos atos e ações do governo demonstrando apenas os aspectos positivos; e desses metade acrescentam o objetivo também de permitir o acesso dos cidadãos às fotos como fonte de pesquisa e memória. Outros 28,57%, afirmam que a intenção é dar publicidade dos fatos positivos e negativos e permitir a acessibilidade dos cidadãos.

Embora possa se extrair das respostas o interesse em facilitar o acesso dos cidadãos ao acervo fotográfico, este posicionamento não se confirma na questão posterior, quando 71,43% dos entrevistados responderam que usualmente as fotos são disponibilizadas apenas no site e *Facebook* da Prefeitura de Timóteo acompanhando as matérias. Outros 28,57% relatam que, além do site e *Facebook*, são atendidas às demandas diretamente solicitadas à Assessoria de Comunicação. Constata-se, portanto, a inexistência de portal de fotos que permita o amplo acesso da comunidade.

Em relação à única questão aberta (17) sobre sugestões para melhorar a organização das fotos, várias foram as contribuições, que podem ser sintetizadas e enumeradas da maneira a seguir:

1 – Criação de um arquivo de fotos com uma pasta principal com subpastas, classificando por Ano, Secretarias e Atividades;

2 – Identificação individual das fotos com nome do autor, assunto, local, data da produção (dia/mês/ano) ;

3 - Armazenar as fotos em um só espaço (leia-se banco de dados), estabelecendo um sistema de busca por assunto com inclusão de palavras-chaves;

4 – Fazer backup semanalmente para evitar o “desaparecimento” das mesmas nas mudanças de gestão e armazenar em HDs

5 – Criar um banco de imagens com armazenamento em nuvem, serviço ideal devido à grande quantidade de fotos;

6 – Colocar pessoas específicas para tirar, armazenar e editar as fotos, dando acesso a todos da equipe;

7 – Colocar dois profissionais (efetivo e comissionado) responsáveis pelo arquivamento das imagens para melhorar a organização e agilidade no momento em que são solicitadas;

8 – Disponibilização de meio para o acesso da população às fotos selecionadas, com a criação de uma galeria ou portal de fotos na internet.

É interessante ressaltar que os profissionais do setor têm conhecimento básico sobre os caminhos para a melhor organização do arquivamento de fotos digitais. O que leva-se empreender que existe uma falta de motivação dos servidores aliado ao descaso dos gestores, que, em tese, deveria gerir os processos administrativos.

5.1. Potencial Tecnológico

Em contato com a equipe do Departamento de Tecnologia e Informação (DTI) da Prefeitura de Timóteo, a autora obteve informações para facilitar o processo de arquivamento das fotos e sobre a existência de programas de gerenciamento de fotos. O DTI é responsável pela manutenção dos computadores, rede, pelos servidores, acompanhamento dos serviços terceirizados como sistemas e reprografias e criação de softwares quando solicitados pelos vários setores. O DTI dá suporte a todas as repartições da Prefeitura de Timóteo na área de Tecnologia e Informação.

Necessário relatar que o DTI foi criado há cerca de 15 anos, porém não existe divulgação ampla das possibilidades de serviços a serem oferecidas pelo departamento. A falta de divulgação do potencial do DTI para a melhoria dos serviços dos demais setores da Prefeitura e a própria falta de conhecimento por parte dos servidores, comissionados e gestores em relação às inovações tecnológicas, tem inviabilizado ações para solucionar questões de gerenciamento não só em relação a processos de arquivamento como de outros tipos de serviços.

De acordo com o DTI, há condições para a implantação de um programa de gerenciamento de fotos, semelhante ao Lightroom¹, programa da Adobe que facilita a busca das fotos com o uso de palavras chaves, além dos critérios de identificação que forem definidos pela Assessoria de Comunicação (autoria, data, assunto e local etc). Esse programa poderia ser disponibilizado intranet para todos os setores da Prefeitura de Timóteo, havendo a necessidade de indicação de um profissional com capacitação técnica para fazer o tratamento das fotos e a identificação das mesmas, que estaria vinculado a Assessoria de Comunicação.

Em relação à criação de um Banco de Dados que permita o acesso da população às fotos digitais, o Departamento informou que é uma questão mais complexa, que necessitaria de um estudo mais aprofundado sobre a viabilidade técnica e financeira.

Esta questão demandaria mais recursos como uma gestão específica, com profissionais respondendo pelo gerenciamento do Banco de Dados, equipamentos com maior potência e possibilidade de armazenamento em nuvem.

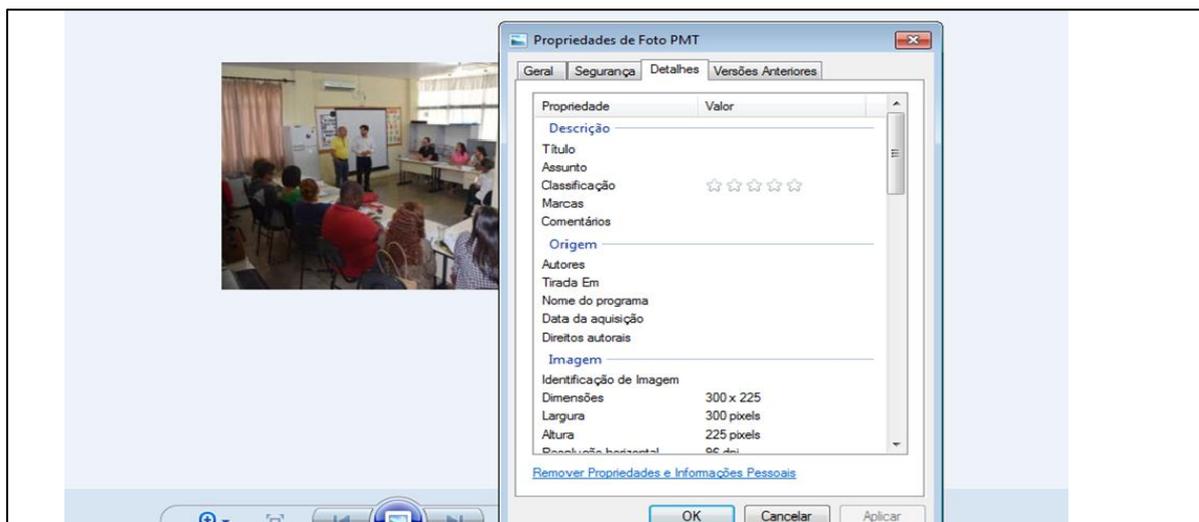
Em relação ao modelo de arquivamento que facilite a identificação das fotos digitais, o DTI esclareceu que já existem recursos para esse procedimento, sendo necessário

¹ <https://helpx.adobe.com/br/lightroom/system-requirements.html>. Acesso em 09/ago/2018.
<http://blogweddingbrasil.com.br/adobe-photoshop-lightroom-o-que-epara-que-serve-como-funciona/>. Acesso em 09/ago/2018.

apenas uma capacitação mínima dos profissionais da Assessoria de Comunicação.

Os critérios de identificação seriam registrados no ícone de Propriedades de Foto PMT, que é acessado com o botão direito do mouse ao se clicar em cima de uma foto/imagem. Segue exemplo:

Figura 4 - Propriedade de Imagens



Fonte: Arquivo Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo (2018)

6. Conclusão

As fotos e, em especial o registro fotográfico institucional, é um documento e, como tal, necessita de um tratamento específico para seu arquivamento com critérios que permitam a identificação dos fatos registrados. Sem o estabelecimento de regras – quer seja no padrão mais aprofundado da Arquivologia ou com parâmetros mínimos de identificação (autoria, data, local e assunto) – a fotografia perde sua função documental. Esta é a principal conclusão com base no desenvolvimento deste artigo.

Iniciado com o intuito de avaliar a real situação do arquivamento das fotos digitais na Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Timóteo e propor melhorias em seu processo, bem como a ampliação da acessibilidade, este trabalho demonstrou a precariedade do armazenamento e a falta de critérios mínimos para a identificação das fotos. A análise final baseia-se na aplicação de questionários juntos a funcionários e ex-funcionários do setor e na observação “in loco” sobre os procedimentos de arquivamento.

A desorganização dos arquivos de fotos digitais, inclusive com o relato de “desaparecimento de fotos” com a mudança de governos, permite uma perspectiva negativa

do uso deste produto como documento institucional, que poderia ser usado como fonte de pesquisa e memória pela comunidade e como meio probatório. Reportando à Manini (2018), a fotografia só se torna um documento de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo.

No desenvolvimento deste trabalho, consolida-se a necessidade de se criar processos administrativos para o manuseio das fotos como documento/matéria prima, que permita a gestão de informações (transformação) e em sequência a geração de conhecimento (produto final). A visão que se apresenta no artigo torna a fotografia um instrumento de referência para a geração de conhecimento.

E, no caso específico, a importância se eleva pelo fato de estarmos lidando com um bem público, um serviço (fotográfico) prestado pelo Poder Executivo com recursos públicos (dos cidadãos). Ora, se os recursos são públicos, fortalece a urgência de se criar processos administrativos mais avançados que permitam a maior acessibilidade pela população, através da implantação de um portal de fotografias da Prefeitura de Timóteo.

A presente investigação aponta para alguns caminhos para viabilizar a melhoria na organização das fotos digitais. São eles: (i) a implantação de uma metodologia de arquivamento; (ii) a capacitação em arquivologia de um a dois profissionais efetivos da Assessoria de Comunicação ou a contratação de um profissional de arquivologia; (iii) o estabelecimento de normas, quer seja através de portaria ou da criação de um manual do serviço de fotografia da Assessoria de Comunicação, para que o serviço não sofra descontinuidade pela falta de conhecimento ou interesse dos gestores; (iv) um estudo em conjunto com o Departamento de Tecnologia e Informação para a adoção de programas de gerenciamento e a implantação de um portal de fotos. No caso dos funcionários, eles deveriam ser, preferencialmente, efetivos, pois permanecerão nas trocas de governo e poderão repassar o conhecimento para outros funcionários de carreira que entrem no setor.

Assim, o estabelecimento da organização do acervo fotográfico da Assessoria de Comunicação resultará na maior eficiência das atividades do setor ligadas à fotografia, evidenciará a função de documento das fotos, que terão a dimensão de fonte de pesquisa, história e cultura para a comunidade local. E, dando ênfase novamente à tríade gestão de documento, gestão da informação e gestão do conhecimento, tem-se a perspectiva de tornar as fotos digitais da instituição pública como um dos instrumentos de geração de conhecimento e, por consequência, de evolução para a comunidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm> . Acesso em: 28 jun. 2018

BRASIL.Lei nº 9.610, inciso vii do artigo 7, de 19 de fevereiro de 1998. Lei dos Direitos Autorais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 fev. 1998.Disponível em:<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629603/inciso-vii-do-artigo-7-da-lei-n-9610-de-19-de-fevereiro-de-1998>>

História Completa da Fotografia. Fotografia Mais. Disponível em: <<http://fotografiamais.com.br/historia-completa-da-fotografia/>>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

LACERDA, A. L. de. **A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.283-302.

MANINI, M. P. **A fotografia como registro e como documento de arquivo**. Academia.edu.Universidade de Brasília (UnB). Brasília. Disponível em <http://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo>. Acesso em: 08 junho de 2018, 13:35.

MENDONÇA, R. R. S. de. **Processos Administrativos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 201, p.11.

OLIVEIRA, M. **Adobe Photoshop Lightroom: O que é? Para que serve? Como funciona?**. Site Blog Wedding. Disponível em: <<http://blogweddingbrasil.com.br/adobe-photoshop-lightroom-o-que-e-para-que-serve- como-funciona/>> . Acesso em 09 de agosto de 2018.

ROSA, V. L. da. **O valor do arquivo organizado para gestão do conhecimento em instituições públicas e privadas.** Universidade do Sul de Santa Catarina. XV Congresso Brasileiro de Arquivologia – Seminário de Arquivos Universitários. 2008.

SANTOS, F. E. P.; FARIAS, M. G. G.; FEITOSA, L. T.; CAVALCANTE, L. E.; NUNES, J. V. **Documento e informação audiovisual: bases conceituais numa perspectiva neodocumentalista.** // Em Questão, Porto Alegre, v. 24, p.235-259.

SCALON, M. **Bens públicos segundo o Código Civil Brasileiro.** Publicado em 10 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI26218,21048>. Acesso em 08 de junho de 2018.

SCHÄFER, M. B.; SANCHES, M. A. B. **A relação do arquivista com a gestão do conhecimento: análise em uma instituição pública federal.** Revista Informação & Informação, Londrina, v.19, n.1, p.206–224, jan./abr. 2014.

SANTOS, H. M. dos; F., D. **Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais.** // Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends. 11:2 (2017) p.28-37.

SARAIVA, N. L., PEREIRA, T. M. M., & LOPEZ, A. P. A. (2017). **Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos.** Revista Interamericana de Bibliotecología, 40(3), 261-271.

Site Adobe. **Requisitos do sistema e versões de idiomas do Lightroom Classic CC/Lightroom 6.** Publicado em 12 de junho 2018. Disponível em : <<https://helpx.adobe.com/br/lightroom/system-requirements.html>>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

SOARES, D. M. V.G.. **Princípio Constitucional da Publicidade.** Publicado em 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>> . Acesso em 08 de junho de 2018.

APÊNDICE A - Consolidação dos Dados do Questionário Referente às Questões Abertas.

As questões sobre perfil dos entrevistados (1 a 5), acessibilidade (15 e 16) e aberta(17) foram analisadas no artigo.

A seguir consolidação dos dados coletados em relação às questões fechadas (6 a 14) sobre a avaliação da situação dos arquivos fotográficos da Prefeitura de Timóteo:

Questão 6 - Com base na sua experiência de trabalho, como classificaria a organização do arquivo fotográfico da Assessoria de Comunicação?

Um entrevistado considerou boa a organização. Dois consideraram regular. Três entrevistados consideraram ruim. Um entrevistado considerou inexistente.

Questão 7 - O acervo fotográfico digital da Assessoria de Comunicação encontra-se contabilizado, ou seja existe alguma estimativa do total de fotos produzidas ou adquiridas? Em caso afirmativo, qual a estimativa ou não sabe precisar?

Todos os entrevistados disseram que o acervo não está contabilizado.

Questão 8 - Qual o profissional responsável pelo registro fotográfico: Fotógrafo, Jornalista, Gestor ou Todos os profissionais da área de Comunicação Social da Assessoria? Nesta pergunta, foi colocado um subitem questionando o número de profissionais.

Nesta resposta, há uma nova unanimidade apontando que todos os profissionais do setor fazem fotos, porém houve variação em relação à quantidade, sendo o número de 5 profissionais citados por dois entrevistados, 6 por dois entrevistados e 7 por um. Dois entrevistados não responderam o subitem. Verifica-se que a quantidade dos profissionais responsáveis varia pelo fato de que cada gestão define um número de comissionados para atuar no setor.

Questão 9 - Existe algum profissional responsável exclusivamente pelo arquivamento das fotos? Qual(is)?

Todos responderam de forma negativa esta questão.

Questão 10 - Em caso negativo na resposta 9, como é feito o arquivamento?

Sobre esse questionamento, três entrevistados afirmaram que o arquivamento pode ser feito na pasta específica coletiva ou pessoal sem critérios previamente estabelecidos; dois apontaram que quem produz a foto arquiva dentro de sua pasta pessoal sem critérios estabelecidos; um entrevistado afirmou que o arquivamento pode ser feito em pasta específica coletiva ou pessoal com critérios; e um entrevistado disse que quem produz a foto arquiva dentro de sua pasta pessoal com critérios.

Questão 11 - Geralmente o arquivamento é feito por (número de acordo com a ordem de sequência das pastas e subpastas, de 1 a 4 , deixando em branco aquelas que não forem usadas ou marcando com x se não nenhuma forma citada atender. As opções dadas para a formação da sequência foram: Data do Ano (ex: 2016, 2017 e 2018); Secretarias (Saúde, Educação, Obras etc); Assunto (ex: Fotos/Imagens); Eventos (culturais, esportivos, capacitações, obras, serviços); e Nenhuma das opções anteriores. Ao se marcar esta última, foi solicitado que o entrevistado citasse qual forma.

A ordenação das pastas e subpastas não foi idêntica em nenhuma das respostas. Um dos entrevistados disse que existe uma Pasta Principal, Secretarias e Eventos; outro citou a existência apenas de uma Pasta Principal; um entrevistado marcou Pasta Principal, Secretarias, Eventos e Ano; outro definiu a sequência Eventos e Ano; um selecionou a opção sequencial Secretarias e Ano; um citou Pasta Principal e Ano; e outro nenhuma opção.

Questão 12 - As fotos digitais arquivadas contém dados suficientes para uma boa identificação?

Seis responderam que não e um positivamente.

Questão 13 - Caso tenha respondido sim, cite quais dados? O entrevistado citou apenas que “ As fotos possuem boa qualidade”.

Questão 14 - Geralmente, as fotos produzidas ou adquiridas têm a identificação do autor, data do registro fotográfico, local e assunto referente?

Nesta pergunta, três entrevistados disseram que as fotos apenas uma das especificações citadas. Três responderam que possuem até duas especificações. E um que possuem até três especificações.